

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

Rafael Bello Bendl*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i2p459-487

Resumo: O presente artigo analisa as relações entre as comunidades judaicas, a população cristã e as autoridades cristãs nas cidades alemãs de Mogúncia, Espira, Vórmia e Colônia, durante a Primeira Cruzada, no final do século XI. Através da localização e caracterização dos vários grupos sociais envolvidos na construção dessas cidades, acreditamos ser possível entender a dinâmica social existente entre eles e propor uma visão que abrigue a heterogeneidade e a complexidade das relações entre judeus e cristãos durante o século XI. Considerando a especificidade do momento histórico, os ataques contra a população judaica que foram comandados pela horda de cruzados que passavam pelas cidades, utilizamos a reação dos judeus, da população cristã e autoridades como um meio para analisarmos as relações sociopolíticas existentes entre esses atores, considerando a circunstância particular das agressões como um evento que exacerbou os contornos da teia social que definiam essas comunidades. Para isso, utilizamos como fontes primárias três crônicas judaicas que relatam o que aconteceu durante as perseguições, além de três decretos de autoridades cristãs, um do bispo da cidade de Espira e dois do imperador Henrique IV, como um contraponto para evidenciar o papel institucional na criação e permanência dos judeus na região. A partir do estudo da documentação, encontramos um cenário complexo entre judeus, autoridades alemãs e população cristã, já que os sentimentos anti-judaicos não foram expressos na mesma proporção pelos envolvidos, especialmente quando comparamos o papel das autoridades e a reação da população local.

Palavras-chaves: Alemanha; cruzadas; judeus; perseguição.

* Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rafael.bendl@gmail.com

Introdução

A construção da chamada Idade Média no imaginário coletivo foi por muito tempo conceitualizada como uma experiência monolítica, sendo relegada ao papel de intermédio entre duas épocas gloriosas, as chamadas “Antiguidade Romana” e o “Renascimento”. O mesmo pode ser dito sobre a história judaica, em que a experiência pós-diáspora, principalmente para aquelas comunidades que migraram para o continente europeu, foi há muito caracterizada como uma série de agressões e exclusão social, o que pouco representa a real complexidade da teia social deste longo período histórico.

A heterogeneidade do período medieval é notória em diversos aspectos, e quando analisamos a história judaica durante a diáspora europeia, encontramos ao mesmo tempo a efervescência cultural na Península Ibérica, durante os séculos XI e XII, enquanto a maior parte deste território era dominado pelos muçulmanos, e do outro lado as comunidades judaicas na Europa central, que estavam em seu estado germinativo. Com isso, o presente estudo analisa as comunidades judias alemãs¹ situadas na região da Renânia durante o final do século XI, ressaltando as diferentes relações sociopolíticas entre os atores envolvidos na constituição dessas sociedades e utilizando como fonte principal as crônicas judaicas sobre os ataques que estas sofreram durante o período da Primeira Cruzada.

Sobre os agentes que compunham este quadro social, especificamente nas cidades de Mogúncia, Colônia, Espira e Vórmia, podemos separá-los em quatro setores distintos: o poder secular, representado pelo Imperador Henrique IV; os poderes locais, uma simbiose entre religiosidade e secularidade, representada pelos

¹ Usaremos no presente artigo os nomes “Alemanha” e “Sacro Império Romano-Germânico” como sinônimos, pois apesar da diferença histórica e geográfica entre as duas palavras, nosso foco está em um pequeno grupo de cidades, e não na totalidade do Império.

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

bispos; a população cristã; e a população judaica. Cada peça deste tabuleiro desempenhou um papel fundamental durante as perseguições anti-judaicas em 1096, e a partir dessas atitudes, podemos entender como certas relações entre estes atores eram constituídas.

As documentações que nos ajudam a compreender a sociedade germânica no século XI são escassas, principalmente quando a tarefa é investigar setores sociais que não detinham o poder, como a comunidade judaica. Contudo, por representar um importante e terrível capítulo na história judaica, pois resultou na morte de milhares de judeus e na destruição de grande parte dessas comunidades, os conflitos durante a Primeira Cruzada inspiraram três crônicas judaicas: “Crônica de Solomon bar Simson”, “Crônica de Rabbi Eliezer bar Nathan” e “Anônimo de Mogúncia” (EIDELBERG, 1996, FALBEL, 2001 e PETERS, 1998), que não só narram os ataques feitos pelos cruzados à população local, detalhando atos de martírio e sacrifício, mas nos ajudam a entender quais foram as reações dos diversos grupos sociais que compunham tais comunidades e, com isso, podemos analisar de que maneira os vínculos sociais e políticos se manifestaram durante os ataques e como eles se constituíam antes deles.

Além das fontes judaicas, existem decretos bispais e reais sobre os assentamentos judaicos na região e sobre os privilégios concedidos à comunidade, principalmente em relação ao comércio, como o “Privilégios aos Judeus p Bispo Rudiger de Espira em 1084” (TATCHER, 1905, p.577, tradução própria)² e um privilégio concedido por Henrique IV, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, aos judeus de Vórmia em 1090 (CHAZAN, 1980, 60). Tais instrumentos jurídicos apresentam a ideia de que a política de hospedar os judeus era uma forma de

² No original: “The bishop of Speyer grants a charter to the Jews, 1084”

alavancar o crescimento das cidades medievais através do comércio, algo que exploraremos mais adiante, além de estabelecerem uma relação direta entre autoridades e judeus.

1. Poder secular e religioso

Para entendermos a complexidade inerente à relação entre judeus e cristãos, devemos considerar cada grupo social e suas peculiaridades separadamente, já que apesar de conviverem em um mesmo espaço, as cidades ao longo do Rio Reno e em última escala, o Sacro Império Romano-Germânico, tais grupos representam interesses singulares e exerciam pressões diferentes sobre os outros atores sociais. Com isso, ao analisarmos o decreto do bispo de Espira de 1084, dando aos judeus o direito para morar na cidade, conseguimos entender a complicada posição dos bispos alemães, que exerciam a posição de autoridade local ao mesmo tempo em que representavam a Igreja.

Nota-se também que a construção das comunidades judaicas na região da Renânia estava inserida no ambiente político do Império Germânico, principalmente quando o colocamos como peça para entendermos as relações, funções sociais e a lógica que orientavam a organização urbana durante o século XI, especialmente quando consideramos que o controle desses centros estavam sob a tutela de um líder que representava ao mesmo tempo a Igreja e o poder secular da organização comunitária.

Uma das primeiras fontes documentais sobre o estabelecimento de um grupo de judeus na Alemanha é justamente o decreto formulado pelo bispo Rudiger, da cidade de Espira, em 1084.

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

O documento em questão tem o intuito de fornecer um local seguro para um grupo de judeus que havia fugido de um ataque em Mogúncia, ao mesmo tempo que procurava incentivar a atividade comercial local. Formado por nove itens, o primeiro estabelece as condições do assentamento para os judeus, colocando-os em uma determinada parte da cidade que estava separada por um muro, para evitar ataques contrários à sua presença. Os itens 5 e 6, por sua vez, dizem respeito à autonomia e autoridade dos judeus na nova cidade, especificando no quinto item que *“o sacerdote principal de sua sinagoga terá a mesma posição e autoridade entre eles que o prefeito da cidade tem entre os cidadãos”*³ (TATCHER, 1905, p.578, tradução própria), além de especificar suas responsabilidades, como *“(...) vigiar, guardar e defender apenas suas próprias edificações, trabalho em que seus servidores podem ajudá-los.”* (TATCHER, 1905, p.578, tradução própria)⁴

Contudo, o bispo Rudiger não estabeleceu esta lei apenas como um representante da Igreja, mas também como um representante da cidade, sua autoridade máxima, e como tal, inseriu itens que atendiam às necessidades econômicas e o desenvolvimento da cidade, mesmo que tais ações acabassem resultando em um contato direto entre judeus e cristãos, o que poderia resultar em fricções e animosidades, sem contar em possíveis desvios na fé.

Um exemplo de tais interações estão presentes nos itens 7 e 8, que possibilitavam a contratação de criados e amas cristãs e a venda de carnes proibidas aos judeus, isto é, a interação entre judeus e cristãos é garantida pelo decreto, como evidenciadas pelos seguintes itens:

³ No original: “The chief priest of their synagogue shall have the same position and authority among them as the mayor of the city has among the citizens.”.

⁴ No original: “(...) watch, guard, and defend only their own walls, in which work their servants may assist them.”.

2. Eu lhes dei o direito de trocar moedas de ouro e prata e de comprar e vender tudo que desejarem dentro de seus próprios muros e fora do portão até o cais [no Reno] e também no próprio cais. E eles têm o mesmo direito em toda a cidade. (...)

7. Eles podem contratar amas e servidores cristãos. (...)

8. As carnes que sua lei os proíbe de comer podem ser vendidas aos cristãos, e os cristãos podem comprá-las. (TATCHER, 1905, p.578, tradução própria)⁵

Outros aspectos do decreto serão analisados posteriormente. Contudo, é importante evidenciar a posição do poder bispal, e como tais atores se comportaram durante os ataques.

Sob a formação dos bispos que exerciam essa posição ambivalente, entre religião e secularidade, após a fragmentação do antigo Império Carolíngio, a dinastia Otoniana iniciou, no século X, uma campanha expansionista que resultaria em um reino capaz de desafiar seu antecessor germânico. Sua política de controle territorial, apesar de conservar similaridades com as políticas carolíngias, como a implantação de um “clero armado” como instrumento de controle local (BECKER, 2016, p. 5), também apresentava algumas peculiaridades causadas pela grande extensão de terra controlada pela Coroa.

Este grupo de bispos formavam uma rede de controle político e religioso em suas regiões, visando a expansão de seus burgos e a construção de redes comerciais, e, para isso, usavam comunidades de comerciantes judeus. Uma das primeiras fontes documentais sobre o estabelecimento de um grupo de judeus na Alemanha é justamente o decreto do bispo Rudiger de Espira (TATCHER, 1905, p. 577), analisado anteriormente, convidando os judeus de Mogúncia a criar uma comunidade na

⁵ No original: “2. I have given them the free right of changing gold and silver coins and of buying and selling everything they wish within their own walls and outside the gate clear up to the boat-landing [on the Rhine] and also on the wharf itself. And they have the same right throughout the whole city. (...) 7. They may hire Christian nurses and Christian servants. (...) 8. The meats which their law forbids them to eat they may sell to Christians, and the Christians may buy them.”

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

cidade. Notamos que o *status* dos judeus como membros do reino germânico passava por dois polos políticos distintos, mas intrinsecamente interligados: a autoridade local e imperial.

Além do bispo como autoridade perante a comunidade, o Imperador, neste caso Henrique IV, também figurava entre um dos elementos centrais desta teia social. O decreto feito pelo Imperador sobre o assentamento dos judeus em território alemão de 1090 representa, em alguns aspectos, a ampliação e a afirmação dos itens presentes no decreto do bispo Rudiger, principalmente quando consideramos os itens relacionados ao comércio e segurança, considerando que o segundo está presente em 4 itens de 14 no total, nos itens 1, 2, 11 e 12:

1. Doravante, ninguém que esteja em nosso reino, de qualquer dignidade ou poder, nem pequeno nem grande, nem homem livre nem servo, deve se sentir no direito de atacá-los (os judeus) ou assaltá-los (os judeus) por qualquer motivo ilícito. (...)
2. (...) Se de fato alguém cometer violência contra eles (os judeus), desrespeitando este decreto, ele será forçado a pagar ao tesouro do bispo uma libra de ouro; também ele deve retribuir duplamente o item que ele tirou deles (...)
11. Ninguém pode julgar forçadamente um judeu com ferro quente, água fervente ou água gelada, nem entregá-los para serem açoitados ou colocá-los na prisão. (...)
12. Se alguém ferir um judeu, mas não mortalmente, ele deverá pagar uma libra de ouro (...). (CHAZAN, 1980, 60, tradução própria)⁶.

O decreto também estabelece regras que limitam as interações entre judeus e cristãos, como o emprego de cristãos por judeus, mas a proibição da compra de escravos cristãos. Além disso, o Imperador reforça a criação de um sistema de proteção e julgamento para os judeus, que podem resolver disputas internas sem a

⁶ No original: "1. Henceforth no one who is invested in our kingdom with any dignity or power, neither small nor great, neither free man nor serf, shall presume to attack or assail them on any illicit grounds. (...) 2. (...) If indeed anyone shall perpetrate violence against them in disregard of this edict, he shall be forced to pay to the treasury of the bishop one pound of gold (...). 11. No one may force a Jew to judgment by hot irons or boiling water or frigid water or turn them over for stripes or place them in prison.(...) 12. If anyone shall wound a Jew, but not mortally, he shall pay one pound of gold.(...)"

interferência dos pares cristãos. Podemos dizer que o modo que Henrique IV trata os judeus, estabelecendo penas para atos contra a população judaica, parece representar um contorno do que seria a classificação de “servos da câmara”, estabelecida no século XIII.

2. Judeus, cristãos e cruzados

A figura do judeu para a sociedade cristã da Europa central foi, por alguns séculos durante a era comum, acanhada e restringida a pequenos focos de comunidades de comerciantes. Segundo Robert Chazan, se olhássemos de forma panorâmica para a sociedade europeia no ano 1000, perceberíamos que a maioria das comunidades judaicas estavam localizadas na Península Ibérica (CHAZAN, 2006, p. 5), em especial nos reinos muçulmanos, gozando de uma liberdade cultural que resultaria na chamada “Era Dourada” (CHAZAN, 2006, p. 92).

Contudo, segundo Chazan, se fizéssemos a mesma experiência durante o século XV, o resultado seria o oposto. O foco da comunidade judaica na estaria na Europa central, com números expressivos de judeus, que apesar de gozarem de menos liberdades políticas e sociais, se comparados com aqueles que estavam na Ibéria islâmica, foram responsáveis por realizações não menos importantes e notáveis, como os trabalhos de Shlomo Yitzchaki e Yehuda HeHasid.

Tal fenômeno deve-se, em grande parte, pelo movimento de expulsão da comunidade judaica da Espanha, em 1492, e de Portugal, em 1497, uma espécie de último capítulo após os longos conflitos que caracterizaram os esforços dos Reis Católicos de Aragão e Castela contra os muçulmanos na guerra de Reconquista. A relação entre judeus e cristãos no território ibérico apresentava rachaduras mais aparentes do que aquelas presentes nos territórios ocupados pelos muçulmanos, e

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

ataques contra a comunidade judaica antecederam a expulsão, como é o caso da investida anti-judaica em Sevilha, de 1391.

A migração judaica para o leste, a partir do século X, representou uma mudança para as comunidades cristãs nos pequenos burgos germânicos, no sentido de que elas se apresentaram como um novo elemento social para as dinâmicas locais (CHAZAN, 2006, p. 5), o qual se friccionava com a população cristã. Baseado nos decretos, essa nova comunidade recebia apoio das autoridades para, não só coexistir dentro das sociedades cristãs, mas também usufruir de permissões comerciais e de uma relativa liberdade para professarem sua religião (dentro das limitações da comunidade hospedeira, ficando claro que tal liberdade não era total).

Podemos supor que a adaptação dos judeus nos círculos urbanos cristãos foi rápida, considerando o crescimento dessas comunidades ao longo dos séculos XII e XIII (HAVERKAMP, 2015, p. 26), e o comércio provavelmente representou uma via de entrada para o cotidiano da sociedade hospedeira. Com isso, além dos sentimentos de animosidade religiosa à figura do judeu manifestados pela população cristã, devemos também considerar a teia social entre judeus e cristãos quando analisamos os vetores que estavam em jogo durante os ataques na Primeira Cruzada.

Doze anos após o decreto do bispo de Espira, em 1096, o papa Urbano II bradou para que os súditos da cristandade marchassem para a cidade sagrada de Jerusalém com o intuito de expulsar os infiéis muçulmanos, iniciando assim a Primeira Cruzada, um ato que representou uma clivagem na experiência judaica na diáspora europeia, pois seria a primeira grande atitude violenta contra as comunidades no novo milênio. Os massacres não foram limitados às cidades alemãs, com pequenos focos em algumas cidades francesas e cidades na atual Hungria,

contudo, nada comparado ao tamanho dos ataques na Alemanha. (FALBEL, 2001, p. 51 e 61). Os cruzados eram formados por hordas que partiram do reino da França (CHAZAN, 1996, p. 84) e encontraram no território germânico uma vazão para expressar, de maneira violenta, os desejos e sentimentos anti-judaicos aflorados pelo chamado papal, mesmo este não fazendo qualquer menção ao povo de Israel. Contudo, nossa atenção não está nos massacres, mas sim na identificação dos atores sociais e quais os tipos de relações estabelecidas entre eles. Utilizaremos o impacto das manifestações violentas durante a Cruzada como base para entender as dinâmicas entre grupos.

Sobre esses atores sociais, os cruzados representavam o elemento exterior a esse entrelaçamento social. Provenientes de terras francesas, portanto alheios às cidades da Renânia, e tendo a figura de Emicho de Flonheim como um dos seus maiores expoentes, eles foram responsáveis pela dizimação das comunidades judaicas na região. Outro personagem que emergiu das ideias anti-judaicas que despontavam no entardecer do primeiro século do novo milênio foi Pedro, o Eremita, um líder carismático que galvanizou seguidores ao longo de sua jornada, espalhando uma mensagem capaz de inflamar sentimentos de intolerância de seus seguidores, responsáveis pelos ataques mais violentos no ano de 1096. Assim como os exércitos do Conde Emicho, os seguidores do líder religioso estavam determinados a extirpar os infiéis das terras cristãs, *“eis que percorremos um longo caminho para procurar o santuário idólatra e vingar-nos dos muçulmanos. Mas aqui estão os judeus que habitam*

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

*entre nós, cujos antepassados o mataram e o crucificaram sem fundamento.*⁷ (PETERS, 1998, p. 126, tradução própria), bradavam os bandos responsáveis pelos ataques.

O conluio entre a população local e os cruzados não aconteceu de forma homogênea, visto que, enquanto uma parte avançava com os exércitos cruzados contra os judeus, outros não se manifestaram, e uma pequena parte ajudou seus vizinhos judeus. Sendo assim, encontramos três tipos de ação por parte da população citadina (PETERS, 1998, p. 120-121). De acordo com as crônicas, os judeus em Mogúncia foram inicialmente ajudados por uma parcela dos cristãos, mas foram posteriormente traídos pelos mesmos. Em outro momento, aqueles que auxiliavam os atacados abandonaram seus postos, afrontados pela grandeza do exército dos cruzados e de sua violência. Outro tipo de ação por parte da população cristã ocorreu em Colônia, em que parte dos judeus encontrou ajuda na casa de vizinhos, até partirem com o bispo para outras vilas fortificadas.

Além da heterogeneidade entre as ações dos cidadãos, é importante também demonstrar as diferenças entre os próprios líderes dos cruzados que foram mencionados nas três crônicas judaicas analisadas neste artigo. De acordo com o texto de Solomon bar Simson, ao chegar em Mogúncia, o Duque Godfrey começa a impulsionar a população e os cruzados contra a comunidade judaica, incorporando um discurso parecido com o de Emicho, proferido após sua passagem pela cidade, vociferando que só partiria para Jerusalém após matar aqueles que mataram Cristo.

Em meio a isto, um judeu chamado Rabbi Kalonymos, o *parnas* da comunidade, ou seja, uma espécie de líder de uma comunidade judaica, e membro de uma das

⁷ No original: "Behold we journey a long way to seek the idolatrous shrine and to take vengeance upon the Muslims. But here are the Jews dwelling among us, whose ancestors killed him and crucified him groundlessly."

famílias mais importantes da região, enviou um emissário ao imperador Henrique IV, que em resposta despachou cartas contendo mensagens de paz e ordem aos príncipes e bispos, exigindo a proteção dos judeus. As ordens do Imperador resultaram na não agressão contra os judeus, “o Duque cruel jurou que nunca pensara em cometer qualquer mal contra eles (judeus)” (FALBEL, 2001, p.), uma atitude que representa mais uma obediência perante ordens imperiais do que um ato de bondade perante os judeus, considerando que a não agressão por parte do Duque estancou os cessar nos ataques feitos por outros grupos.

Outro caso parecido com o comportamento de Emicho e Godfrey é o do Conde Dithmar, que assim como os dois cruzados, também disse que só partiria para a Terra Santa após matar um judeu. A notícia abalou as comunidades de Mogúncia e Espira, especialmente quando os judeus desta foram informados que os cruzados e os cidadãos conspiravam para matá-los na sinagoga, enquanto todos estivessem reunidos. Assim como no caso do Duque Godfrey, o *parnas* da comunidade, Rabbi Yekuthiel contatou o Imperador, e este reestabeleceu aqueles que foram convertidos forçadamente ou que fugiram para outras cidades, e no caso do bispo de Espira, ele não só ajudou os judeus, mandando uma tropa para conter os cristãos exaltados, como puniu alguns, cortando suas mãos (EIDELBERG, 1996, p. 100).

As diversas reações descritas anteriormente mostram o quadro complexo das relações sociopolíticas dessas comunidades alemãs. A presença dos judeus na vida cristã não era caracterizada por um sentimento unilateral totalizante, mas consistia em um *mélange* de vetores que expressavam diferentes forças em diferentes contextos ou setores da sociedade. Isolar a animosidade religiosa como único fator determinante para os atritos sociais entre cristãos e judeus resultaria na

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

desconsideração das complexidades nas interações cotidianas, políticas e religiosas que ocorriam neste ambiente.

3. A Igreja e os judeus

A heterogeneidade que caracterizava a sociedade medieval não estava restrita ao campo político, pois, apesar de a cristandade representar um símbolo de união, no sentido de formar um elemento de reconhecimento entre os diversos povos que dividiam as terras europeias, não é possível falar em uma crença unificada em relação aos pares cristãos. Um aspecto que atravessou todo o século XI, principalmente na segunda metade, foram as reformas institucionais da Igreja com o intuito de fortalecer seu controle entre os fiéis, entre a hierarquia eclesiástica e consolidar o papado como o poder central, em Roma (ABULAFIA, 2011, p. 136).

Tais mudanças resultaram em um endurecimento nos contornos da cristandade e na teologia anti-judaica promovida por Roma para os bispos, que neste período estavam no centro de um conflito entre o papado e os Imperadores do Sacro Império Romano-Germânico, pois ambos os líderes seculares e religiosos tentavam segurar a nomeação dos bispos e assegurar o controle sobre as regiões do Império. Em meio a esse conflito, a minoria judaica, que era colocada em uma posição periférica no campo social e político, passa a figurar cada vez mais no centro da esfera religiosa, pois o perigo oferecido pela presença “daqueles que rejeitaram Cristo” tornava-se uma questão cada vez mais presente.

Os efeitos desse componente anti-judaico cada vez mais predominante, tanto na construção teológica da Igreja que se consolidava no continente europeu quanto em seu imaginário, constituem mais uma parte dessa complexa teia representada pela relação entre cristãos e judeus durante o século XI, e paradoxalmente, podemos

encarar tal componente tanto como um consolidador da ebulição violenta que ocorreu durante os ataques de 1096 quanto como um testamento da inclusão das comunidades judaicas, apesar dos esforços da Igreja de limitar a posição dos judeus nos territórios cristãos.

Por outro lado, a possibilidade de crescimento, mesmo que pequena, e a integração econômica dos judeus em cidades alemãs, como demonstra o conjunto de decretos reais e bispais analisados neste artigo, apresentam um quadro muito maior do que aquele em que o peso anti-judaico colocado pela Igreja representa o vetor definidor da experiência entre judeus e cristãos. O fato de que a posição dos judeus não era constituída apenas pelas definições religiosas impostas pela Igreja, representa um cenário em que aspectos políticos e econômicos importam tanto quanto religiosos.

Contudo, é importante afirmar que a relação entre os diversos setores sociais na Europa central, entre o poder secular, a Igreja e as populações cristãs com os judeus foi por muito tempo caracterizada pelo contato esporádico e irregular. A figura do infiel de Israel estava mais presente na literatura eclesiástica do que na realidade concreta dessas comunidades, e obras como o Talmude só foram propriamente analisadas pelas autoridades do Catolicismo a partir do século XII (CHAZAN, 2006, p. 48), o que não necessariamente significa que o isolado contato com membros da religião judaica resultava no pouco atrito teológico.

As mudanças no discurso e na concepção sobre o judeu como ameaça começam a aparecer no final do século XI e começo do XII, como uma clara reação ao crescimento das comunidades judaicas na região central, instaurando um conjunto de novas dúvidas e fricções para a realidade cristã (CHAZAN, 2006, p. 68). Ainda assim, a

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

questão não está somente no aumento e intensificação das políticas religiosas, mas na multiplicidade de significados, muitas vezes antagônicos à primeira vista, que a presença judaica trazia. Devemos lembrar que a ligação comercial de grande parte dos judeus migrantes os tornava uma população atrativa para governantes dedicados a desenvolver economicamente seus burgos, oferecendo-lhes proteção e livre circulação em troca do pagamento de impostos e da movimentação comercial, como atestados pelos atos bispais e reais.

Justamente este acordo, oferecido pelas autoridades locais, que em um primeiro momento significou a possibilidade de assentamento e proteção para essa comunidade, pode ter contribuído para parte do sentimento de revolta da população cristã local. A presença de um grupo de infiéis que tinha proteção do bispado para praticar sua fé, e que recebiam abertura comercial para competir com a população local, pode ter representado um vetor de repulsão por parte dos cristãos, compondo um conjunto de fatores aliados à experiência da convivência cotidiana e a própria aversão impulsionada pela religião.

As crônicas hebraicas não nos ajudam a entender a relação direta entre judeus e a Igreja como uma instituição, contudo, algumas ações das hordas revoltosas e de representantes religiosos podem nos ajudar a entender qual era o peso religioso da presença de elementos que estavam fora da cristandade. Em todas as crônicas, nos deparamos com uma série de ataques contra os judeus e o sacrifício coletivo para evitar a conversão forçada, algo proibido segundo o decreto de Henrique IV, analisado anteriormente, mais precisamente o sexto artigo, que expressa que *“ninguém deve tentar batizar seus filhos ou filhas contra sua vontade.”*⁸ (CHAZAN, 1980, p. 61, tradução própria). Com isso, a partir do relato de duas tentativas de conversão,

⁸ No original: “No one shall presume to baptize their sons or daughters against their will.”.

podemos entender melhor o discurso cristão envolvido nesse processo, pelo menos aquele empregado pela população cristã nessas cidades.

O primeiro caso é o de Mina, relatada na crônica anônima de Mogúncia, uma mulher que estava escondida em um porão de uma casa fora dos limites de Vórmia. A mulher em questão é definida pelos cristãos como “(...) *uma mulher virtuosa (...) muito respeitada e em sua casa vinham reunir-se os grandes da cidade e os príncipes daquela terra*” (FALBEL, 2001, p. 147), que diziam isso na tentativa de convertê-la, já que matá-la não era o primeiro desejo da multidão.

Percebemos que apesar dos sucessivos massacres e dos sacrifícios coletivos dos judeus quando confrontados com a ideia de uma conversão, certos elementos da sociedade cristã parecem preferir a conversão quando confrontados com um membro da comunidade judaica que possui algum vínculo forte com as autoridades. A morte se apresentava como uma opção secundária, o que realmente aconteceu, já que Mina recusou a fé cristã e foi assassinada pela multidão.

Isso não quer dizer que a conversão como primeira opção estava limitada apenas a pessoas com algum destaque social na comunidade, como evidenciado pelo caso de Isaac, um jovem que foi perguntado se gostaria de aceitar a fé cristã e, ao recusar-se, foi arrastado por uma corda pelas ruas da cidade até uma igreja. Todavia, notamos uma diferença discursiva e o *modus operandi* por parte da multidão quando comparamos as duas narrativas.

Outro caso que se assemelha com o primeiro é o de Davi, o *gabbai*, isto é, o responsável financeiro da comunidade ou o encarregado da sinagoga, mencionado tanto na crônica anônima de Mogúncia como na crônica de Solom bar Simson. Ele estava escondido com sua mulher e filhos no pátio de um padre, que operou da

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

mesma maneira que os cristãos com Mina, tentando convencê-lo a converter-se, pois ele representava um judeu distinto e tal ato poderia salvar tanto ele quanto sua família. Davi diz que aceitaria o desejo do líder religioso, mas este deveria trazer os cidadãos para onde ele estava. Ao ouvir isso, o padre *“ficou muito contente com o que lhe disse, porque estava certo de que este judeu tão importante dispusera-se a ouvir o seu conselho”* (FALBEL, 2001, p. 155). Porém, assim como Mina, o judeu não aceitou a conversão, e usou a plateia cristã para ofender a fé de seus agressores, sendo morto pelo grupo, junto com sua família.

Percebemos que as duas interações com dois membros distintos da comunidade judaica resultam em um comportamento diferente daquele relatado na maioria dos ataques, como no caso de Isaac, em que uma grande quantidade de judeus foi morta ou se sacrificou no meio do processo de tentativa de conversão. Nesses dois casos, nota-se um esforço para convertê-los, não pela força, mas pelo diálogo, mesmo que o resultado final seja a morte, a mesma de tantos outros. Essa diferença no discurso sobre duas figuras representa não só uma inserção de certos judeus dentro da sociedade cristã, mas nos ajuda a avaliar a relação entre determinados grupos sociais e certos atos religiosos.

4. Os judeus

A comunidade judaica da Renânia representou, durante o século XI, o polo de produção cultural das comunidades diaspóricas europeias (desconsiderando as comunidades da Península Ibérica). Representaram centros de estudos, como os de Mogúncia e Vórmia, que atraíram sábios de diversos reinos europeus, figuras como Shlomo Yitzchaki e Gershom ben Judah, responsáveis por escritos que influenciaram leituras e interpretações judaicas durante toda a Idade Média (CHAZAN, 2006, p. 175).

Apesar dos episódios de violência e perseguição, esporádicos durante os séculos X e XI, e mais intensos com o passar dos anos, não devemos entender tais atos como monolíticos e homogêneos, e, principalmente, não devemos encarar a vida dos judeus na Europa central como uma vida de eterna perseguição, pois esse foi apenas um dos vários aspectos definidores de uma rica comunidade que formou suas raízes em solo germânico.

A produção intelectual da região era um ponto de referência para muitos estudiosos do judaísmo, constituindo o primeiro polo de produção intelectual na região central europeia (CHAZAN, 2006, p. 172). Um dos ilustres judeus que estudaram na região foi Shlomo Yitzchaki, ou Rashi, autor de extensos comentários sobre o Talmude e Tanakh, tendo seus escritos publicados até hoje nas edições do Talmude, o conjunto de livros que registra as leis orais judaicas, os costumes e proibições, assim como as discussões feitas por importantes estudiosos ao longo dos séculos.

Rashi estudou durante sua juventude em Mogúncia e Vórmia, sob a tutela de vários rabinos importantes na região (CHAZAN, 2006, p. 206). Tal ambiente vivo e efervescente em relação à produção cultural é um forte indício de como essa comunidade estava estabelecida, e que havia espaço e oportunidades para crescimento em vários aspectos, populacional, econômico e cultural, dentro das várias limitações que o ambiente cristão apresentava.

Outro autor conectado às cidades alemãs foi Gershom ben Judah. Residente de Mogúncia, o estudioso foi uma das figuras mais importantes para a formação intelectual dos judeus na diáspora durante o século X e XI. Ele é conhecido por instituir leis, como a obrigação do consentimento de ambas as partes para o divórcio

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

e por banir a poligamia para as comunidades, um traço da influência da nova realidade cristã (CHAZAN, 2006, p. 175), considerando que tal imposição não aconteceu nas comunidades judaicas em Al-Andalus, por exemplo. Durante sua vida, foi responsável por comandar a formação de vários judeus que desenvolveram a vitalidade intelectual da região nos próximos séculos.

Sobre os judeus que migraram para a região alemã, muitos constituíam famílias de comerciantes, característica proveitosa para as autoridades locais que estavam interessadas no desenvolvimento urbano (HAVERKAMP, 2015, p.16). Além disso, a vida religiosa judaica promovia a alfabetização da comunidade, que era em média mais letrada que sua contraparte cristã, o que facilitava seu emprego em atividades monetárias, além da execução de tarefas comerciais.

Quando já estavam instalados nessas sociedades, os judeus residiam perto da sinagoga local (HAVERKAMP, 2015, p. 17), organizados em uma parte específica da cidade, lembrando que apesar da menção de um muro de proteção no local em que a comunidade no decreto bispal de Espira (TATCHER, 1905, p. 577), esse espaço não representa um gueto propriamente dito, já que tal construção institucional é posterior, sendo provavelmente uma medida de proteção à comunidade judaica, como mencionada anteriormente.

O sistema de regulamentação interno das comunidades judaicas era, na maior parte dos casos, separado do cristão, como mostra o decreto bispal de Espira. O conjunto de leis representava não só uma forma padrão de organização social mas um modo de firmar e proteger a religião contra a influência cristã. Portanto, esse tipo de autogoverno tornou-se essencial para a manutenção e perpetuação dos judeus na região da Germânia, pois estabelecia leis de convivência entre seus pares, um corpo

jurídico baseado na religião e adaptado à nova realidade europeia, além de estabelecer canais de comunicação entre as autoridades cristãs e judaicas.

As relações políticas entre as comunidades judaicas e as autoridades locais é outro ponto crucial para o entendimento das dinâmicas sociais. Assim como nas comunidades cristãs, o contato era feito através das lideranças, uma vez que quase não havia contato entre os bispos (ou o imperador) e a população comum. Essa liderança era muitas vezes formada pelas famílias mais ricas, ou pelos indivíduos mais sábios, sendo que muitas vezes esses atributos fundiam-se em uma única família ou indivíduo, e assim como os seus vizinhos católicos, tais lideranças nem sempre estavam de acordo (CHAZAN, 2006, p. 236).

Um ponto interessante a ser levantado, além da relação direta entre os bispos e as autoridades judaicas nas cidades, é o uso de armas entre os judeus, especialmente quando estes estavam na presença de autoridades cidadinas. Vemos isso em dois momentos nas crônicas: o assassinato do sobrinho de um bispo e uma tentativa de assassinar o líder cristão da cidade. O primeiro caso aconteceu quando um jovem chamado Simha ha-Cohen, que supostamente teria sido batizado à força, pede para ser levado ao bispo de Vórmia. Ao chegar no pátio do religioso e ao ouvir palavras aludindo à fé cristã, tira uma faca escondida e mata o sobrinho do bispo e mais dois homens (EIDELBERG, 1996, p. 104). O segundo caso diz respeito à morte de Rabbi Kalonymos, que após saber que o bispo de Mogúncia havia desistido de ajudar os judeus que fugiram, decide matá-lo, mas acaba sendo impedido pelos guardas que estavam com o líder cristão (EIDELBERG, 1996, p. 46).

5. As fontes

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

Sobre a legalidade das comunidades hebraicas, um importante documento é um decreto de Henrique IV concedendo privilégios aos judeus de Vórmia (CHAZAN, 1980, 60). O documento consiste em quinze privilégios e deveres outorgados pelo rei, com sete pontos sobre direito de posse e comércio, seis pontos sobre deveres e direitos legais, e dois pontos sobre o exercício da fé. O primeiro item, acrescentado por Frederico I em 1157, deixa claro o *status* dos judeus de servos da câmara real, indivíduos que respondiam e eram completamente subordinados ao rei, mas durante o século XI, é importante notar que esse poder não era total, os judeus estavam ao mesmo tempo submetidos à proteção do poder local, os bispos.

Nos itens relacionados ao comércio, é expressa a liberdade para venda e compra de mercadorias. São citados vinhos, ervas e remédios, produtos de uso cotidiano, e a partir disso, podemos inferir que havia uma proximidade diária, mediada pelo comércio, entre esses dois núcleos, cristãos e judeus, e este é um ponto importante, pois o benefício econômico parece ser um fator de validação para a hospedagem dessas comunidades judaicas e ao mesmo tempo, pode se apresentar como um fator de fricção.

Já as fontes judaicas, “Crônica de Solomon bar Simson”, “Crônica de Rabbi Eliezer bar Nathan” e “Anônimo de Mogúncia” (EIDELBERG, 1996 e FALBEL, 2001), narram os acontecimentos do massacre de 1096. De acordo com o relato do “Anônimo de Mogúncia”, os ataques começaram em Espira, e com a ajuda do bispo local, a comunidade foi levada para dentro da fortaleza, para fugir dos cruzados. Após abrigá-los, o bispo se comunicou com o imperador e recebeu a permissão de levar os judeus para outra cidade fortificada. Logo depois, alguns dos agressores foram repreendidos, contudo, tal medida não foi o suficiente para conter os ataques e no total onze judeus foram mortos.

A próxima cidade atacada, segundo o autor de “Anônimo de Mogúncia”, foi Vórmia. Quando os cruzados chegaram, a comunidade se dividiu, um grupo foi para a torre do bispo e o outro permaneceu em suas casas, com a falsa promessa de que não seriam atacados. Nota-se um engajamento da população cristã contra os judeus. Os ataques foram diferentes daqueles em Espira, aparentemente mais organizados. Podemos dizer que além da impulsividade característica de um ataque popular contra uma minoria, a ação coletiva tornou-se elaborada.

Os que ficaram em suas casas foram mortos ou se mataram como mártires e os que permaneceram na fortaleza bispal foram salvos, pelo menos durante o primeiro ataque. Junto com os judeus que se encontravam no castelo, estavam os líderes da comunidade, que foram mortos no segundo ataque, quando os guardas não conseguiram conter a horda de cruzados.

Mogúncia foi o próximo alvo, e como nas cidades anteriores, a comunidade buscou auxílio com o arcebispo, que disse aos judeus: *“Ouvi nosso conselho e trazei todo o vosso dinheiro para o nosso tesouro e para o tesouro do bispo, e vós, vossas esposas e vossos filhos, tudo que possuíis depositai-o no palácio do bispo. Então podereis salvar-vos das mãos dos cruzados.”* (FALBEL, 2001, p. 148). Ao que parece, uma espécie de pagamento para obter a permissão de usar a fortaleza da autoridade local.

Na Crônica de Solomon bar Simson, os relatos são muito semelhantes ao encontrado em o “Anônimo de Mogúncia”, sendo que em alguns trechos da narrativa os períodos são idênticos. O que difere a primeira da segunda são os detalhes, principalmente sobre a relação entre os líderes da comunidade judaica e as autoridades cristãs. Solomon bar Simson escreve que os notáveis da comunidade de Mogúncia decidiram, como forma de garantir a segurança de seu povo, gastar seu

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

dinheiro subornando os príncipes, oficiais, bispos e burgos (EIDELBERG, 1996, p. 28 e 29), mas a tentativa foi em vão e grande parte dos judeus da comunidade morreram, principalmente nos ataques liderados por Emicho.

Após os ataques em Mogúncia, os cruzados foram para Colônia. O ocorrido é narrado pela crônica de Rabbi Eliezer bar Nathan, e a sequência de fatos é distinta do que aconteceu nas cidades anteriores. Quando o batalhão chegou, a comunidade judaica procurou refúgio na casa de amigos cristãos, mas o abrigo logo se mostrou ineficaz para assegurar o bem-estar dos hebreus (EIDELBERG, 1996, p. 85). Foi então que o bispo local intercedeu e levou os judeus para uma vila que julgava segura. A comunidade se dispersou para outros vilarejos na região, mas tal estratégia também foi pouco eficaz, pois os cruzados atacaram as quatro vilas, matando a maioria dos judeus (EIDELBERG, 1996, p. 86).

O padrão apresentado nas três narrativas, do auxílio das autoridades aos judeus diante da ameaça dos cruzados, mesmo que má sucedida, revela o tipo de relação que existia entre os dois núcleos sociais, uma relação benéfica para o poder local e de proteção para a minoria de judeus. Os decretos reais deixam clara a posição legal dos judeus, conectando sua função social ao comércio. No caso dos decretos bispais, encontramos algo similar: a vontade do bispo de Espira de transformar sua vila em cidade significava endossar o assentamento de uma comunidade judaica, liberando o comércio para fomentar a economia. Sendo assim, consideramos que seja possível analisar as reações desses núcleos: judeus, burgos e autoridades, como um guia para estudar as teias sociais que sustentavam essas comunidades germânicas.

A peculiaridade desses ataques reside justamente neste último ponto. Havia um sentimento anti-judaico na superfície, e talvez um proto sentimento antissemita, já que a mitologia do “judeu maléfico” não fora desenvolvida. Há um desejo de livrar as terras cristãs da presença dos infiéis, mas essa vontade ainda não estava cravada em concepções acorrentadas por anos de mitos sobre ataques, maldições e mortes cometidas por judeus contra cristãos.

Tais noções tinham seus contornos mais definidos no século XIV, como os casos de homens judeus acusados de profanarem hóstias, uma história que começou em algumas cidades alemãs e com o tempo ganhou força em outras partes da Europa (RUBIN, 2004, p. 69), ou as histórias que surgiram durante a Peste, no mesmo século, em que judeus foram culpabilizados, pois supostamente a causa da doença seria o envenenamento dos poços. Por isso, entender as dinâmicas sociopolíticas é a chave para analisar os vários encontros e fricções nas cidades que abrigavam judeus e cristãos durante os séculos X e XI.

6. O entrelaçamento social

Tentar compreender os diversos níveis de interações sociais entre judeus e cristãos a partir da reação destes grupos em uma situação de extrema violência nos leva a analisar de que maneira os cristãos se comportaram perante a onda de instabilidade levada pelos exércitos cruzados. Neste caso, devemos analisar dois distintos grupos: os bispos e a população cristã. Começando pelo segundo, apesar de grande parte dos casos narrados nas crônicas serem de cristãos que se uniram aos cruzados para atacar os judeus, como analisado anteriormente neste artigo, tal conduta não é uniforme, já que ao longo dos relatos são descritos exemplos de cristãos que acolheram judeus.

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

A crônica de Solomon bar Simson narra o caso de duas mulheres que encontraram refúgio no pátio da casa de um cidadão, antes de serem encontradas e mortas pela horda cristã (EIDELBERG, 1996, p. 42). Além deste caso, a crônica do anônimo de Mogúncia apresenta mais um caso em que gentios acolheram judeus. Na cidade do suposto autor do texto, alguns judeus encontraram proteção na fortaleza de um conde, que foi invadida por um exército de cruzados e cidadãos (EIDELBERG, 1996, p. 112). Já na crônica de Rabbi Eliezer bar Nathan, o autor diz que quando a notícia dos massacres chegou a Colônia, os judeus *“fugiram todos para as casas de seus conhecidos cristãos, e lá permaneceram.”* (FALBEL, 2001, p. 131), isto é, a relação entre judeus e cristãos na cidade proporcionava um ambiente em que a proteção em suas casas era uma opção, aparentemente, válida para a comunidade hebraica.

Já no caso dos bispos e padres, o esforço em proteger a população judaica foi muito maior, mesmo que tais ações resultassem na morte dos judeus, como o caso de Davi, o *gabbai*, e sua família, que estavam escondidos no pátio de um padre. Um caso emblemático é o do grupo de cerca de cinquenta judeus, incluindo o *parnas* Rabbi Kalonymos, que se esconderam na sacristia, sob a vigilância de um padre, e para resgatar esse grupo, o bispo enviou trezentos soldados que, segundo o autor, estavam dispostos a morrer pela tarefa.

O empenho dos bispos em salvar os judeus pode ser visto como um ato de obediência da lei e uma tentativa de controle social, principalmente quando consideramos que a autoridade imperial também estava envolvida, o que por um lado é uma conclusão acertada, mas, por outro, não podemos reduzi-lo ao simples cumprimento legal, pois as relações cotidianas entre cristãos e judeus, principalmente entre as figuras de autoridade dos dois grupos, provavelmente resultaram em sentimentos que transcendiam as fricções e a aversão inerente ao vetor religioso.

Todavia, não devemos pensar que o esforço por parte dos bispos representava uma atitude geral entre os líderes religiosos do Império. Considerando que tais posições eram apontadas pelo Imperador, Henrique IV, devemos considerar motivações pessoais e políticas além daquelas presentes em seu cargo institucional. Um exemplo da ligação entre bispos e judeus é um epílogo que encontramos no final da crônica de Solomon bar Simson, um texto que supostamente foi inserido na crônica posteriormente, em que o autor menciona o Bispo de Espira, Johann. Além de corroborar com o que está escrito no decreto que permitia o assentamento dos judeus em Espira, o texto agradece as ações de Johann, dizendo que *“rezamos perante nosso Criador, dias e noites, durante muitos dias, pois fomos salvos pelo bispo Johann. Morreram onze almas, e o restante da comunidade salvou-se, bendita e elevada seja sua memória para a eternidade.”* (FALBEL, 2001, p. 123).

7. Conclusão

A análise das fontes nos fornece uma perspectiva interessante quanto à relação entre judeus e cristãos durante o final do século XI, principalmente sua relação com as autoridades, tanto locais quanto imperial. Há uma heterogeneidade em como os vetores de repulsão e atração estavam dispostos, pois estes não só mudavam quando grupos diferentes se encontravam, mas havia diferenças dentro de um mesmo grupo, ou seja, um determinado sentimento de repulsão não é necessariamente partilhado por todos na mesma intensidade, mas correspondem a uma parte de uma complexa teia de sentimentos que definiam as relações entre judeus e cristãos.

Após o assentamento e crescimento das comunidades judaicas na Europa, aumentou o número de documentos sobre a relação entre a cristandade e os judeus, contudo, a convivência com as comunidades hebraicas implicou em vários desafios e

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

questões que antes não estavam presentes na realidade cristã. Considerando a relação entre os dois grupos próxima e diária devido, principalmente, ao trabalho e comércio, podemos concluir que as fricções, ou parte delas, derivavam de ações que não necessariamente estavam ligadas diretamente ao aspecto religioso, mas formavam uma rede de ligações sociais que eram intermediadas pela distinção religiosa.

A Primeira Cruzada representou não só uma novidade para o mundo cristão europeu, mas também marcou as relações entre judeus e cristãos. Os massacres que ocorreram nas cidades alemãs, sem precedentes até então, mostram que apesar das tensões exacerbadas entre os dois grupos, tal sentimento não era homogêneo, pelo contrário, esses ataques mostram que os vetores que moldavam as interações cotidianas entre judeus e cristãos eram constituídos por diversos elementos além dos religiosos, como os políticos e econômicos.

O período de transição entre os séculos XII e XIII representou uma época de crescimento, tanto em números populacionais nas duas comunidades quanto em relação ao desenvolvimento dos burgos (TOCH, 2013, p. 11). Além disso, os contornos que caracterizariam o antissemitismo medieval ainda não estavam formalmente constituídos no século XI, sendo possível dizer que as perseguições e fricções entre judeus e cristãos, nessa época, eram baseadas em um conjunto de fatores que habitavam essa realidade transicional. Mas as complexidades não estavam só nas relações religiosas, pois como ilustrado pela documentação, as relações políticas entre judeus e autoridades eram permeadas por pontos de encontro e contestação, o que tornava a experiência judaica na diáspora alemã no século XI uma miscelânea heterogênea composta por diversos vetores sociopolíticos que se encontravam em um cenário de intensas transformações.

Referências bibliográficas

ABULAFIA, David. The servitude of jews and muslims in the medieval Mediterranean: origins and diffusion. In: **Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age**. Roma, v. 112, n. 2, 2000, p. 687-714.

ABULAFIA, Anna Sapir. **Christian-Jewish Relations, 1000-1300: Jews in the service of medieval Christendom**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

BECKER, Jordan N. **Warrior Bishops: the development of the fighting clergy under the ottonians in the tenth century**. 2016. p. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Colorado, Boulder, 2016.

CHAZAN, Robert. **In the Year 1096: The First Crusade and the Jews**. Filadélfia: The Jewish Publication Society, 1996.

CHAZAN, Robert. **The Jews of Medieval Western Christendom, 1000-1500**. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2006

CHAZAN, Robert. **Church, State, and Jew in the Middle Ages**. Nova Iorque: Behrman House, 1980

COHEN, Mark R. **Under Crescent and Cross: The Jews in the Middle Ages**. Princeton: Princeton University Press, 1994

EIDELBERG, Shlomo. **The Jews and the Crusaders: The Hebrew Chronicles of the First and Second Crusades**. Hoboken: KTAV, 1996

FALBEL, Nachman. **Kidush HaShem: Crônicas Hebraicas sobre as Cruzadas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial de Estado, 2001

HAVERKAMP, Alfred. **Jews in the Medieval German Kingdom**. Trier: Trier University Library, 2015. p. 65 Disponível em: https://ubt.opus.hbz-nrw.de/opus45-ubtr/frontdoor/deliver/index/docId/671/file/Jews_German_Kingdom.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

MICHAEL, Robert. **A History of Catholic Antisemitism: The Dark Side of the Church**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008

Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada

PETERS, Edward. **The First Crusade: The Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials.** Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1998

RUBIN, MIRI. **Gentile Tales: The Narrative Assault on Late Medieval Jews.** Filadélfia: Editora da Universidade da Filadélfia, 2004

TATCHER, Oliver J. **A Source Book for Mediaeval History.** Selected Documents Illustrating the History of Europe in the Middle Age. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1905.

TOCH, Michael. Migrations, Settlement, Population. In: NESS, Immanuel. **The Encyclopedia of Global Human Migration.** Hoboken: Wiley-Blackwall, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm328>. Acesso em: 02 nov. 2020.